

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1395665 - RS  
(2018/0294716-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO**  
**RIO GRANDE DO SUL**

**PROCURADORE : FABRICIO FRAGA - RS049070**

**S**

**DANIELA FERNANDA COSTA - RS034422**  
**LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI - RS035748**  
**CLAUDIA RUZICKI KREMER - RS051095**  
**JULIANA RIEGEL BERTOLUCCI - RS069436**  
**DÉBORA CARVALHO DE SOUZA - RS074290**

**AGRAVADO : MARINA PAIM DORNELES - SUCESSÃO**

**AGRAVADO : ZELINDA REJANE PAIM DORNELES**

**AGRAVADO : NAURA SUZANA DORNELES ALVES**

**AGRAVADO : GRACIELA DORNELES SALEH**

**ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR -**  
**RS032025**

**TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158**

**MIRIAM WINTER - RS031024**

**MARCUS TAVARES MEIRA - RS035573**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DEVOUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA E DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO (ART. 1.035, § 5º, DO CPC/15). DECISÃO IRRECORRÍVEL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A decisão de sobrestamento, com determinação de retorno dos autos ao tribunal de origem, a fim de que lá seja exercido o juízo de conformidade (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/15), não possui carga decisória, sendo portanto irrecorrível, salvo se demonstrado, efetivamente, erro ou equívoco patente, o que não ocorreu. Precedentes.

III – A Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno não conhecido.

## ACÓRDÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa  
Relatora

